



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**APOSTILA Nº N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 38/2022.**

**APOSTILA N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 38/2022  
(EVENTO [0953696](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N.  
0001464-31.2022.6.22.8000**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 23/2022**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE-RO N. 36/2022**

Primeira Apostila ao Contrato firmado entre o TRE-RO, CNPJ 04.565.735/0001-13, e a empresa NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ 12.209.450/0001-78, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, para atender as necessidades da Justiça Eleitoral de Rondônia.

A Ilustríssima Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições e consoante DESPACHO Nº 1032 / 2023 - PRES/DG/GABDG, de 05/09/2023 (evento [1056499](#)), RESOLVE expedir a presente Apostila, com fundamento no art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93 e na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Sétima do Contrato supramencionado, para:

**I - Registrar o 1º reajuste ao valor do Contrato 38/2022 no percentual de 12,21%** (doze inteiros e vinte e um centésimos por cento), decorrente da variação do índice da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, aferida no período de 01 (um) ano contado da data da licitação (de maio/2022 a maio/2023), com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir do mês de maio/2023, consoante detalhamento constante na tabela a seguir:

<b>TABELA 1 - CONTRATO N. 38/2022: REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO</b>	
--	--

(A) Valor total do Contrato n. 38/2022 antes do reajuste	<b>R\$ 6.537.500,00</b>
--	-------------------------

(B) = (Reajuste 12,21 % x A) Valor do Reajuste	<b>R\$ 798.228,75</b>
--	-----------------------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>(C) = (A+B) VALOR TOTAL DO CONTRATO N. 38/2022 APÓS O REAJUSTE</b>	<b>R\$ 7.335.728,75</b>
---	-------------------------

Fonte: SOLICITAÇÃO Nº 43/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENTEGE (evento [1049990](#)).

**II – O valor deste reajuste incide nos exercícios 2023 a 2024, e corresponde ao impacto financeiro total estimado de R\$ 798.228,75** (setecentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), considerando a diferença entre o valor contratual total após este reajuste e valor contratual total anterior (R\$ 7.335.728,75 - R\$ 6.537.500,00).

**III – O presente reajuste tem efeitos financeiros retroativos ao mês de maio de 2023**, correndo as despesas à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, consoante Nota de Empenho a ser emitida ou reforçada, conforme a necessidade.

**IV - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.**

**V - Para assegurar a plena execução deste ajuste, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA no valor de R\$ 39.911,44** (trinta e nove mil novecentos e onze reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993 e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário.

**VI - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993) passa a ser de R\$ 6.028.228,75, considerando o somatório do valor inicial do contrato mais o presente reajuste (R\$ 5.230.000,00 + R\$ 798.228,75), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato originário que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou Termos Aditivos.

VIII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

IX - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE.

Porto Velho/RO, setembro de 2023.

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**

Diretora-Geral do TRE-RO

**ANEXO I DA APOSTILA 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 38/2022**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/suprimento efetuada(s) em relação ao valor do contrato (Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 7.492/2010 – P)</b>
Contrato n. 38/2022 (assinado em 08/12/2022) – Volume VIII do PA (evento <a href="#">0953696</a> )  Vigência de 12 meses, a contar de 08/12/2022 até 08/12/2023.	R\$ 5.230.000,00	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Garantia: R\$ 261.500,00		
1º Termo Aditivo (assinado em 26/12/2022) – Volume IX do PA (evento <a href="#">0961321</a> )		
I) Acréscimo de 25% sobre o valor do contrato.	R\$ 1.307.500,00	25%
Garantia de 5%: R\$ 65.375,00		
1ª Apostila (assinada em 11/09/2023) – Volume XII do PA (evento <a href="#">1058858</a> )		
I) Reajuste de 12,21% sobre o contrato.	R\$ 798.228,75	-
Garantia de 5%: R\$ 39.911,44		

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 11/09/2023, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1058858** e o código CRC **A302B944**.

0001464-31.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajuste *strito sensu* no Contrato 38/2022/TRE/RO – Contratada NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI.

**PARECER JURÍDICO Nº 184 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular certame licitatório, operou-se a contratação da empresa **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**, com sede em Rio Branco, Estado do Acre, inscrita no CNPJ sob n. 12.209.450/0001-78, para prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, com valor total estimado originalmente de **R\$ 5.230.000,00** (cinco milhões duzentos e trinta mil reais) - acrescido de 25% para R\$ 6.537.500,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) pelo 1º Termo Aditivo de 26/12/2022 ([0961321](#)) - pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar de 08/12/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 38/2022 ([0953696](#)), ajuste que se encontra em plena vigência.

**02.** Na Solicitação n. 43/2023 – PRES/DG/SAOFC/ASSENGE ([1049990](#)), o Assessor Chefe da Assessoria de Engenharia informa ao titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) a necessidade de aplicação do reajuste contratual previsto na subcláusula sétima, considerando o interregno de 01 (um) ano da duração do contrato. Prossegue, em sua solicitação, com a indicação da variação percentual do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI no período, sendo esta de **12,21%** e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação na Tabela 1 do documento citado, sendo o valor do reajuste de R\$ 798.228,75 (setecentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), bem como o valor final do contrato após o reajuste, sendo o montante no **valor de R\$ 7.335.728,75. Ao final, informou que não haveria necessidade de emissão de nota de empenho para suportar o referido reajuste.**

**03.** Por meio do Despacho 1859/23 ([1050047](#)), o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à SECONT para lavratura da minuta do termo aditivo, com posterior análise pela AJSAOFC.

**04.** Assim, juntou-se ao processo e a minuta da Apostila nº 1 ao Contrato originário para o registro da prorrogação pretendida ([1052489](#)). Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([0951968](#)). **É o necessário relato.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**05.** Este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0001464-31.2022.6.22.8000](#)) até a presente data.

**06.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**07.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**08.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**09.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO:**

**10.** A pretensão da ASSENGE tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente na Contrato n. 38/2022 ([0953696](#)). Veja-se:

*CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.*

(....)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

***Subcláusula Sétima** – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:*

*1. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;*

*Em conformidade com os **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período mínimo de 01 (um) ano, observando que:*

*a) Contado de **MAIO/2022**, data da divulgação da tabela do **SINAPI DESONERADA** da unidade federativa do Estado de Rondônia considerada para o orçamento dos preços estimados, desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do **SINAPI DESONERADA** da unidade federativa do Estado de Rondônia;*

*b) Contado da data da abertura do certame, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, para a atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não as tabelas do SINAPI.*

*3. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;*

*4. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;*

*5. Nos casos em que os reajustes forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.*

**11. Segundo Marçal Justen Filho**, o “Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

**12. Sobre o tema, o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704 e 719, assim orienta:**

*Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário***

*E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator) (sem grifo no original)*

**13.** Desta forma, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

### **DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO**

*13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.*

...

*13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."*

....

*O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:*

...

*8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:*

...

*b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93.*

**14.** Vale apresentar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer n. 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

*39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.*

(...)

*41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).*

*42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.*

*43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.*

(...)

**15.** No caso em análise, a ASSENTE solicitou a aplicação do reajuste de preços **do saldo do contrato** - ou seja, dos valores não executados até o mês de maio/2023 - correspondente à variação de preços da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, período de **maio/22, data do orçamento da proposta, a maio/2023**, que teve **variação positiva de preços de 12,21%**, conforme indicadores do IBGE juntados no evento [1049963](#).

**16.** Dessa forma, com fundamento no **art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93** e na **Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima** do Contrato n. 38/2012, esta Assessoria Jurídica opina pela concessão do reajuste pleiteado pela ASSENTE, retroativo a maio de 2023, sobre o saldo do contrato nessa data.

### **3.2 DA MINUTA DE APOSTILA N. 01 AO CONTRATO 38/2022:**

**17.** A análise da minuta de Apostila n. 1 ao Contrato n. 38/2022 juntada aos autos ([1052489](#)), revela que o instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, destaca-se:

**I -** o registro do reajuste do valor do Contrato no percentual de 12,21% (doze inteiros e vinte e um centésimos por cento), a partir do mês de maio/2023, majorando o valor do contrato para R\$ 7.335.728,75;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - a obrigação de a Contratada apresentar **fatura complementar separadamente**, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste;

**III** - a obrigação de a contratada apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura da apostila, a complementação da garantia no valor de R\$ 39.911,44 (trinta e nove mil novecentos e onze reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993 e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário;

**IV** - o registro do valor total atualizado do contrato para eventual cômputo de acréscimos e supressões do art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993, que passará a ser de **R\$ 6.028.228,75**, considerando o somatório do valor inicial do contrato mais o reajuste pretendido (R\$ 5.230.000,00 + R\$ 798.228,75).

**18.** Nessa linha, deverá a empresa contrata ser **notificada** para apresentar as faturas complementares e atualizar a garantia, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à imposição prenunciada na cláusula contratual acima citada.

## **IV – CONCLUSÃO**

**19. Pelo exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos e com fundamento no **art. 40, XI** e **art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93** e na Cláusula **Décima Terceira, Subcláusula Sétima** do ajuste, esta Assessoria opina pela aplicação do reajuste *strito sensu* ao saldo do Contrato n. 38/2022, no patamar de **12,21%** (doze inteiros e vinte e um centésimos por cento) correspondente à variação de preços da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, período de **maio/22, data do orçamento da proposta, a maio/2023**, conforme indicadores do IBGE juntados no evento [1049963](#), com impacto financeiro de R\$ 798.228,75 (setecentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), com efeitos financeiros a partir de maio de 2023 e registro do ato em apostila (art. 65, § 8º, L. 8.666/93).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com a informação da ASSENTEGE, unidade gestora, **não** haverá necessidade de suplementação orçamentária para o suporte do reajuste no exercício corrente ([1049990](#)).

**20.** Para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo no evento [1052489](#).

**21.** Importa destacar a necessária **notificação** da contratada para apresentação das faturas complementares com os valores reajustados - caso tenha ocorrido execução de serviços a partir de maio de 2023 - e a complementação da garantia contratual, conforme delineado no **item 18 deste parecer**.

À consideração do Secretário da SAOFC.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Steele Góes, Estagiário**, em 29/08/2023, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 29/08/2023, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1052900** e o código CRC **B63FA81F**.

0001464-31.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Reajuste strito sensu ao Contrato Administrativo n. 38/2022 - Minuta de apostila n. 1/2023. Análise. Prestação de serviços, sob demanda, de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais.

**DESPACHO Nº 1032 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita sob o CNPJ n. 12.209.450/0001-78, para prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, com valor total estimado originalmente de R\$ 5.230.000,00 (cinco milhões duzentos e trinta mil reais) - acrescido de 25% para R\$ 6.537.500,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) pelo 1º Termo Aditivo de 26/12/2022 ([0961321](#)) - pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar de 08/12/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 38/2022 ([0953696](#)), ajuste que se encontra em plena vigência.

Por meio da Solicitação n. 43 ([1049990](#)), a ASSENGE informa a necessidade de aplicação do reajuste contratual previsto na subcláusula sétima, considerando o interregno de 01 (um) ano da duração do contrato. Prossegue, em sua solicitação, com a indicação da variação percentual do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI no período, sendo esta de 12,21% e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação na Tabela 1 do documento citado, sendo o valor do reajuste de R\$ 798.228,75 (setecentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), bem como o valor final do contrato após o reajuste, sendo o montante no valor de R\$ 7.335.728,75 (sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos).

Informou, ainda, que não haverá necessidade de suplementação orçamentária para o suporte do reajuste no exercício corrente, considerando se tratar de contrato sob demanda ([1049990](#)).

À vista disso, a SAOFC remeteu os autos à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico ([1050047](#)).

A SECONT elaborou a minuta de apostila n. 1 ao Contrato Administrativo n. 38/2022 ([1052489](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1052490](#)), a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, a AJSAOFC opinou pela aplicação do reajuste *strito sensu* ao saldo do Contrato n. 38/2022, no patamar de 12,21% (doze inteiros e vinte e um centésimos por cento), correspondente à variação de preços da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, período de maio/22, data do orçamento da proposta, a maio/2023, conforme indicadores do IBGE juntados no evento n. [1049963](#), com impacto financeiro de R\$ 798.228,75 (setecentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), com efeitos financeiros a partir de maio de 2023 e registro do ato em apostila (art. 65, § 8º, Lei n. 8.666/93) ([1052900](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos exatos termos da AJSAOFC ([1054290](#)).

Como relatado, a ASSENGE solicitou a aplicação do reajuste de preços do saldo do contrato - ou seja, dos valores não executados até o mês de maio/2023 - correspondente à variação de preços da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, período de maio/22, data do orçamento da proposta, a maio/2023, que teve variação positiva de preços de 12,21%, conforme indicadores do IBGE juntados no evento n. [1049963](#).

Analisando os autos, verifica-se que a pretensão da ASSENGE tem amparo no art. 40, inciso XI, e no art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93, tratando-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente na Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo n. 38/2022. Com efeito, esse entendimento vai ao encontro do exposto pelo TCU e da AGU, os quais responsabilizam a Administração pela aplicação automática do reajuste estrito sensu nos contratos administrativos, conforme item 14 do Parecer Jurídico n. 184 ([1052900](#)).

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) AUTORIZO o reajuste do valor do Contrato Administrativo n. 38/2022, no percentual de 12,21% (doze inteiros e vinte e um por cento), decorrente da variação do índice da Tabela Sinapi Desonerada da unidade federativa do Estado de Rondônia, aferida no período de 01 (um) ano contado da data da realização da licitação (período de maio de 2022 a maio de 2023), com efeitos financeiros sobre o contrato mencionado retroativos a maio de 2023, com fundamento no art. 55, inciso



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do ajuste;

b) DETERMINO a atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 38/2022, fixando seu novo valor em R\$ 7.335.728,75 (sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos); e

c) DETERMINO a notificação da Contratada para apresentação das faturas complementares com os valores reajustados - caso tenha ocorrido execução de serviços a partir de maio de 2023 - e a complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura da apostila, no valor de R\$ 39.911,44 (trinta e nove mil, novecentos e onze reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário.

De acordo com a informação da ASSENGE, unidade gestora, **não** haverá necessidade de suplementação orçamentária para o suporte do reajuste no exercício corrente ([1049990](#)).

À SAOFC para continuidade dos procedimentos de execução do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 05/09/2023, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1056499** e o código CRC **F0A14D58**.